



Prefeitura Municipal de Guanhães

ESTADO DE MINAS GERAIS

PROJETO DE LEI Nº 28/2014

"Dispõe sobre a autorização para a participação do município de Guanhães/MG no Consórcio Intermunicipal de Saneamento Básico a ser constituído com os Municípios de Divinolândia de Minas/MG e Virginópolis/MG".

O Legislativo Municipal aprovou, e eu Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Município da Guanhães/MG, através do Poder Executivo, autorizado a participar do Consórcio Público de Saneamento Básico que inicialmente será composto com os Municípios de Divinolândia de Minas/MG e Virginópolis, podendo, para tanto, formalizar Protocolo de Intenções e respectivos contratos de rateio.

§ 1º. A autorização prevista neste artigo dispensa a ratificação, por lei, de Protocolos de Intenções a serem firmados pelo Poder Executivo para a constituição de Consórcios Públicos, nos termos da Lei Federal 11.107/2005.

§ 2º. A Minuta do Protocolo de Intenções deverá ser encaminhada ao Poder Legislativo Municipal para conhecimento e acompanhamento.

§ 3º - Fica autorizada a inclusão de outros municípios no presente Consórcio.

Art. 2º. Para atender a celebração do Contrato de Rateio com o Consórcio Público deverá ser consignada, na lei orçamentária futura, dotações próprias para a mesma finalidade.

§ 1º O contrato de rateio será formalizado em cada exercício financeiro e seu prazo de vigência não será superior ao das dotações que o suportam, com exceção dos contratos que tenham por objeto exclusivamente projetos consistentes em programas e ações contemplados em plano plurianual ou a gestão associada de serviços públicos custeados por tarifas ou outros preços públicos.

Recb
09/03/14
Haniel




Prefeitura Municipal de Guanhões

ESTADO DE MINAS GERAIS

Art 3º. A associação pública de natureza autárquica criada a partir desta Lei integra a administração pública indireta do Município, nos exatos termos da Lei 11.107/05.

Art. 4º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Guanhões, 09 de maio de 2014.


Geraldo José Pereira
Prefeito Municipal



discussão
aprovado em
Sala das sessões

PRESIDENTE

A SANÇÃO

Sala das sessões

PRESIDENTE

APROVADO

PARECER DA COMISSÃO DE
LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

Analisando o Projeto de lei nº 28, 2014
SOMOS FAVORÁVEIS à sua APROVAÇÃO, e
devolvemos nesta data. Sala das Sessões, C.M.C
aos _____/_____/_____

PRESIDENTE _____

1º MEMBRO _____

2º MEMBRO _____

PARECER DA COMISSÃO DE
OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS MUNICIPAIS

Analisando o Projeto de Lei nº 28, 2014
SOMOS FAVORÁVEIS à sua aprovação, e
devolvemos nesta data. Sala das Sessões, C.M.G
aos _____/_____/_____

PRESIDENTE _____

1º MEMBRO _____

2º MEMBRO _____

PARECER DA COMISSÃO DE
FINANÇAS, ORÇ, TOMADA DE CONTAS

Analisando o Projeto de lei nº 28, 2014
SOMOS FAVORÁVEIS à sua APROVAÇÃO, e
devolvemos nesta data. Sala das Sessões, C.M.G
aos _____/_____/_____

PRESIDENTE _____

1º MEMBRO _____

2º MEMBRO _____



Prefeitura Municipal de Guanhanes

ESTADO DE MINAS GERAIS

JUSTIFICATIVA

**Exmo. Senhor
Nivaldo dos Santos
DD. Presidente da Câmara Municipal de Guanhanes/MG**

Senhor Presidente;

Gratifica-me muito encaminhar à apreciação dessa conceituada Casa o projeto acima referido, que dispõe sobre a autorização para a participação do Município de Guanhanes/MG no Consórcio Intermunicipal de Saneamento Básico a ser constituído com os Municípios de Divinolândia de Minas/MG e Virginópolis/MG.

Para viabilizar o acesso universal da população dos municípios de Guanhanes/MG, Divinolândia de Minas/MG e Virginópolis/MG aos serviços públicos para o desenvolvimento sustentável, a cooperação intermunicipal por meio do consorciamento de municípios apresenta-se como a alternativa mais adequada.

Este modelo de gestão associada de serviços públicos deve ser desenvolvido a partir de desenhos institucionais que promovam e assegurem economia de escala, propiciando condições mais favoráveis para a universalização da oferta dos serviços com qualidade e custos reduzidos. Tais pressupostos vêm ao encontro do estabelecido pelo Princípio da Eficiência disposto na Emenda Constitucional nº 19/98.

O advento da Lei nº. 11.107, de 6 de abril de 2005, que *"dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos e dá outras providências"*, e do Decreto nº. 6.017, de 17 de janeiro de 2007, que regulamenta a lei supracitada, proporciona um ambiente normativo favorável para a cooperação entre os entes federativos, permitindo que sejam utilizados com segurança os institutos previstos no artigo 241 da Constituição Federal.

As legislações nas esferas federal e estadual para a gestão de resíduos sólidos têm incentivado o consorciamento de Municípios, priorizando apoio institucional e acesso a recursos financeiros. Nesse sentido a política para gestão de resíduos sólidos urbanos em Minas Gerais desenvolveu estudos para orientar a regionalização de consórcios intermunicipais.



Prefeitura Municipal de Guanhanes

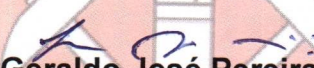
ESTADO DE MINAS GERAIS

Neste sentido, o presente Consórcio, visa primeiramente solucionar a destinação final dos resíduos sólidos dos participantes, através da construção de um aterro sanitário consorciado, e demais soluções na área de saneamento que beneficiem a população dos respectivos Municípios.

Por oportuno, releva acrescer que as ações e os parceiros não se esgotam somente nos municípios citados, importante frisar que se necessário poderá haver a adesão de outros municípios tendo em vista o bom funcionamento da presente proposta.

Sendo assim e, certo da aprovação do projeto em epígrafe, renovo-lhe protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente;


Geraldo José Pereira
Prefeito Municipal

